

# PROFESSORAS E MÃEZINHAS: A PUERICULTURA NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS EM TERESINA DE 1930 A 1945

Danielle Filgueiras Santos (UESPI)<sup>1</sup>  
Elane Beatriz de Sousa Góis (UESPI)<sup>2</sup>  
Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)<sup>3</sup>

## RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar a contribuição da Escola Normal Oficial de Teresina para a defesa de um ideal de maternidade através da inclusão dos princípios da Puericultura na formação curricular das normalistas no período compreendido entre 1930 e 1945. Para a realização da análise foram utilizadas fontes primárias, como as Revistas da Associação Piauiense de Medicina além das obras bibliográficas de autoras como Joseanne Marinho (2008; 2018), Elizangela Cardoso (2010) e Cristina Fonseca (2007). No decorrer da análise foi constatado que a formação das normalistas teresinenses era permeada de intencionalidades. A normalista era preparada intelectualmente para atuar em sua profissão, ao passo em que reforçavam o ideal da maternidade por meio da aplicação dos conteúdos ministrados nas disciplinas, nos eventos e nos demais programas desenvolvidos pela Escola Normal, a fim de contribuir para o progresso da nação.

**Palavras-chave:** História. Educação. Saúde. Puericultura. Normalistas.

## WOMAN TEACHERS AND “MÃEZINHAS”: THE CHILD HEALTH CARE IN THE FORMATION OF NORMALISTS IN TERESINA FROM 1930 TO 1945

## ABSTRACT:

This paper aims to analyse the contribution of the Normal Official School of Teresina for the defense of a maternity ideal through the inclusion of the principles of Child health care in the curriculum of the normalists in the period between 1930 and 1945. Primary sources were used to perform the analysis, like the Magazines of *Piauí's* Medical Association besides the bibliographical works of authors like Joseanne Marinho (2008; 2018), Elizangela Cardoso (2010) and Cristina Fonseca (1993). In the course of this analysis it was found that the formation of the Teresina's normalists was permeated with intentionality. The normalist that was intellectually prepared to act in her profession, while reinforcing the ideal of motherhood through the application of the contents taught in the disciplines, in the events and other programs developed by the Normal School in order to contribute to the progress of the nation.

**Keywords:** History. Education. Health. Child health care. Normalists.

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí, Campus Poeta Torquato Neto, em Teresina. E-mail: daniellefilgueiras@outlook.com

<sup>2</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí, Campus Poeta Torquato Neto, em Teresina. E-mail: elanebeariz15@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Professora Adjunta II da UESPI, Campus Poeta Torquato Neto, em Teresina. Líder do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde Sana. E-mail: joseannezsm@gmail.com.

## MAESTRAS Y MADRES: EL CUIDADO INFANTIL EN LA FORMACIÓN DE LAS NORMALISTAS EN TERESINA DE 1930 A 1945

### RESUMEN:

El objetivo de este artículo es analizar la contribución de la Escuela Normal Oficial de Teresina a la defensa de un ideal de maternidad a través de la inclusión de los principios del cuidado infantil en la formación curricular de las normalistas en el período comprendido entre 1930 y 1945. Para el análisis, se utilizaron fuentes primarias, como las Revistas de la Asociación Piauiense de Medicina, además de los trabajos bibliográficos de autores como Joseanne Marinho (2008; 2018), Elizangela Cardoso (2010) y Cristina Fonseca (1993). En el transcurso del análisis se constató que la formación de los normalistas teresinenses estaba impregnada de intencionalidades. La normalista se preparó intelectualmente para trabajar en su profesión, a la vez que reforzó el ideal de la maternidad mediante la aplicación de los contenidos impartidos en las disciplinas, eventos y demás programas desarrollados por la Escola Normal, con el fin de contribuir al progreso de la nación.

**Palabras clave:** Historia. Educación. Salud. Puericultura. Normalistas.

### Introdução

Após a segunda metade do século XIX, a medicina começou a intervir de maneira mais intensa e efetiva nas pautas do governo, objetivando a construção de um novo Estado. Os conhecimentos médicos sobre higiene, salubridade e questões ligadas à saúde da população em geral foram utilizados como um mecanismo de manutenção histórico-social, à medida que passaram a atuar de forma a garantir a ordenação da cidade e da sociedade.<sup>4</sup> Nessa conformidade, a medicina procurou se apropriar cada vez mais de características científicas, afastando-se do que parecia estar ligado ao conhecimento repassado popularmente.<sup>5</sup> No século XIX, com a chegada da Puericultura, uma especificidade médica destinada a assegurar e conservar a saúde materno-infantil, a criança foi colocada em uma nova posição e passou a ser vista como um elemento precioso para a concretização das pretensões em torno de uma sociedade idealizada.<sup>6</sup>

Essas concepções também foram percebidas no período republicano, mas partindo de uma nova referência. Especialmente no primeiro governo de Getúlio Vargas, a mulher e a criança tornaram-se o centro dos discursos políticos e médicos, e várias iniciativas foram

<sup>4</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>5</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. As políticas públicas de saúde materno-infantis durante as décadas de 1930 e 1940 no Piauí. **Vozes, Pretérito & Devir.** Dossiê temático: História da saúde e das doenças, ano I, v. 1, n.2, p.68-86, ago. 2013.

<sup>6</sup> MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. O passado e o presente da puericultura através da história do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. **ANPUH:** São Paulo, julho 2011. *Humana Res*, v.1, n. 2, 2020, ISSN: 2675-3901 p. 68 a 86 jan. a jun. 2020

## PROFESSORAS E MÃEZINHAS: A PUERICULTURA NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS EM TERESINA DE 1930 A 1945

surgindo no âmbito da saúde e da educação com o intuito de suprir as demandas nacionais de proteção à infância. Segundo Cristina Fonseca “[...] o que ocorre a partir de 1930 é uma mudança no caráter dado à política social, que vai sendo incorporada enquanto uma função do Estado, fortalecendo-se a ideia do Estado como principal agente implementador de políticas sociais.”<sup>7</sup> Assim, os poderes públicos piauienses, seguindo as recomendações nacionais, passaram a investir na promoção de políticas públicas de saúde direcionadas ao público materno-infantil.

Além das orientações pautadas na Puericultura, concedidas nas consultas médicas, as informações a respeito da preservação da vida infantil passaram a ser mais bem articuladas por meio de mecanismos de veiculação disponíveis na época, como os jornais. Essas ações visavam assegurar uma maior proximidade entre os puericultores e as mães, a fim de que através delas fosse garantido o desenvolvimento considerado adequado ou normal para a criança. A criação da Revista da Associação Piauiense de Medicina, ocorrida no final da década de 1930, também foi bastante significativa no que concerne à expansão e propagação do conhecimento desses profissionais no Piauí. Conforme Livia Moraes, essa Revista representava a fundação “[...] de uma instituição de saber local, onde os médicos que trabalhavam no Estado e, principalmente, na capital, podiam compartilhar e legitimar suas práticas e ideais.”<sup>8</sup>

Diante dessa marcha nacional pela preservação da vida infantil, a Escola Normal Oficial de Teresina tornou-se outro veículo de propagação dos saberes e fazeres prescritos pelos puericultores, através dos conteúdos ministrados nas disciplinas e da promoção de eventos culturais que abordavam as temáticas em torno das discussões sobre a saúde infantil. Essa parceria fazia parte de uma estratégia da esfera médica e política para a propagação de saberes médicos e resguardo da saúde infantil, tendo em vista que além de ser intelectualmente preparada para atuar em sua profissão, a normalista deveria agir de maneira compatível com os discursos médicos referentes ao zelo com a vida infantil, a fim de evitar o aparecimento de doenças e contribuir com a manutenção da saúde da criança.

Portanto, este artigo visa analisar a inclusão da Puericultura na formação curricular e social das alunas da Escola Normal Oficial de Teresina, no período compreendido entre 1930 e 1945. Considerando tal problemática, as fontes primárias foram essenciais para a realização da análise proposta, como as Revistas da Associação Piauiense de Medicina de 1939, 1940, 1941,

<sup>7</sup> FONSECA, Cristina M. Oliveira. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**, v. 3, n. 2, p. 97- 116, 1993, p. 98.

<sup>8</sup> MORAES, Livia Suelen Sousa. Proteção à Infância nas páginas da Revista da Associação Piauiense de Medicina, 1939-1948. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2013. p. 2.

1943 e 1944e as matérias do Jornal Diário Oficial e O Aviso disponibilizadas para pesquisa no Arquivo Público do Piauí Casa Anísio Brito, além do referencial teórico e da gradecurricular das normalistas teresinenses, disponibilizada nas obras bibliográficas que norteiam este trabalho.

### **Puericultura: a arte de ensinar o cuidado materno**

O governo de Getúlio Vargas foi permeado por uma série de discursos e posicionamentos que buscavam conduzir a sociedade para um só modo de pensar e de agir, baseado nas ideias positivistas de progresso.<sup>9</sup> Era perceptível a preocupação com a aplicação de padrões cívicos, como o respeito às datas e aos símbolos do país, que objetivavam a promoção de um espírito unificado nos diferentes estados brasileiros<sup>10</sup>. Esse posicionamento fez com que a necessidade de promover ações com intuito de assegurar o pleno desenvolvimento daqueles que seriam os futuros brasileiros fosse cada vez mais enfatizada. Deste modo, nos anos 1930, o problema da proteção da saúde das mães e seus filhos tornou-se responsabilidade do Estado, requerendo a atuação de forma a proporcionar assistência adequada aos enfermos, mas sobretudo a prevenção das doenças que ocasionavam a morte precoce das crianças piauienses.<sup>11</sup>

Contudo, em razão da precariedade, da insuficiência numérica de unidades públicas de assistência, da escassez de profissionais, da falta constante de medicamentos disponíveis para a demanda de pacientes, e principalmente, em função da localização das instituições hospitalares<sup>12</sup>, o amparo realizado nesses espaços ainda se dava de maneira limitada. Durante a Primeira República, o atendimento materno-infantil se dava sobretudo através da filantropia exercida em hospitais religiosos, como as Santas Casas de Misericórdia, que contavam com auxílios financeiros do Estado.<sup>13</sup>

Além disso, ainda era perceptível a presença de práticas de curas populares no tratamento das doenças infantis, sendo este um fator de grande discussão no setor médico, pois

<sup>9</sup> FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo de Vargas (1930-1945):** dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

<sup>10</sup> AGUIAR JÚNIOR, José de Arimatéa Freitas. Construção do civismo e da ordem: as festas oficiais comemoradas em Teresina no período de 1935 a 1945. In: **Encontro Regional Sudeste de História Oral, X, (Anais)**, Campinas, 2013. p. 1-11.

<sup>11</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “**Manter Sadia a Criança Sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

<sup>12</sup> A insuficiência de postos de assistência à saúde nas cidades mais afastadas da capital contribuía para a continuação do repasse, através de conhecidos, vizinhos ou parentes, de ensinamentos das práticas populares. ALVARENGA, Antônia Valtéria Mello, **Nação, País Moderno e povo Saudável: Políticas de combate a Lepra no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2013.

<sup>13</sup> MARINHO, op. cit.

## PROFESSORAS E MÃEZINHAS: A PUERICULTURA NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS EM TERESINA DE 1930 A 1945

consideravam que esses procedimentos eram altamente nocivos e insuficientes para o resguardo das crianças, das parturientes e das puérperas, afirmando-se, ainda, que a partir do pós-parto, tanto o bebê quanto a mãe ficavam mais vulneráveis às infecções uterinas e umbilicais, pneumonia, além da gastroenterite, que se encontravam entre as principais causas de óbitos.<sup>14</sup> Portanto, em razão dos riscos de disseminação de graves enfermidades que poderiam ser fatais, os cuidados preventivos, que garantiriam a imunidade da mulher e da criança, eram indispensáveis.

Assim, para que o atendimento deste público fosse efetivado com base nos ensinamentos da Puericultura, a partir de 1930 houve a expansão dos serviços especializados na saúde materno-infantil e a criação de novos estabelecimentos, como os Postos de Puericultura, onde eram efetuados os serviços de pré-natal, ambulatório infantil e lactários, dentre outros. No Piauí, o primeiro Posto de Puericultura surgiu em 1941, na cidade de Parnaíba, e nesse mesmo ano já estavam sendo construídos outros em Teresina, Oeiras, Floriano e Barras. Em 1948 havia outro posto em construção no bairro Vermelha, em Teresina, e cidades como Picos, Piri-piri e Floriano.<sup>15</sup>

Os Postos de Puericultura também passaram a ser considerados relevantes na divulgação dos princípios da Puericultura e no ensino de práticas científicas para as mães pobres, colaborando com os objetivos médicos de instrução das mulheres que eram ou que seriam mães, para que estas estivessem capacitadas cientificamente para tal responsabilidade. Segundo Joseanne Marinho, esse aspecto também representava “[...] uma das formas de promover a parceria feminina com os médicos na proteção infantil prestada pelo governo piauiense.”<sup>16</sup>

No entanto, havia alguns fatores que dificultavam o alcance dos objetivos médicos, dentre os quais, a pobreza se destacava. A parcela de analfabetismo no estado ainda era grande, além da indigência que assolava as famílias de trabalhadores que não possuíam condições financeiras suficientes para consumir alimentos saudáveis, como recomendavam os médicos, e assim prevenir as doenças, e nem para comprar medicamentos, caso fossem acometidos por elas. Nestas condições a mulher se encontrava distante de questões fundamentais para a manutenção da vida de seus filhos, como a higiene, a salubridade e a alimentação saudável. Em

---

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “**Manter Sadia a Criança Sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

<sup>16</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. As políticas públicas de saúde materno-infantis durante as décadas de 1930 e 1940 no Piauí. **Vozes, Pretérito & Devir**. Dossiê temático: História da saúde e das doenças, ano I, v. 1, n.2, p.68-86, ago. 2013, p. 72.

1939, o médico Vitorino de Assunção, escreveu na Revista da Associação Piauiense de Medicina que:

Está claro que a mortalidade de crianças em Teresina, não foge à regra geral, sendo, como em todo o Brasil, considerável. Observa-se que entre as causas de morte, no correr do primeiro ano de vida, figuram em primeira linha as diarréias e enterites. Não obstante a prática usual de amamentação ao seio materno, nas classes pobres, é frequente o uso intempestivo, de permeio, de **mingáus de farinha sêca** [grifo do autor]. É o pauperismo aliado a ignorância dos progenitores, o grande fator da causa primaria de todos esses males.<sup>17</sup>

Assim, mesmo com investimentos na construção de estabelecimentos de saúde materno-infantil, ainda era frequente o uso de elixes, emulsões, beberagens e remédios caseiros feitos com ervas que muitas vezes eram cultivadas no próprio ambiente doméstico.<sup>18</sup> Isso se dava principalmente em razão da insuficiência de postos de assistência à saúde nas cidades mais afastadas da capital, o que contribuía para a continuação do repasse de ensinamentos das práticas populares, através de conhecidos, vizinhos ou parentes.<sup>19</sup>

Outro aspecto relevante para a permanência dessas práticas era a desconfiança que existia em relação aos profissionais da saúde e aos procedimentos feitos nos ambientes hospitalares, evidenciada na própria maneira de lidar com a efetivação do parto. Na maioria das vezes, os médicos eram solicitados apenas em situações nas quais a parteira não conseguia mais intervir. Isso acontecia porque as mulheres de baixa condição financeira não possuíam meios para chamar um médico em suas residências, e as pertencentes aos setores privilegiados não o faziam “[...] pois o espaço hospitalar não era considerado adequado para elas.”<sup>20</sup> Os relatos médicos afirmavam que:

As parturientes, durante o “trabalho de parto”, são assistidas em suas choupanas por “curiosas”, pessoas sem a mais leve noção de assepsia, todavia, com penetradas de seu papel de parteiras, e que, muitas e repetidas vezes, abandonam as suas clientes quando o feto já está morto ou quase sem vida e as parturientes em completa estafa.<sup>21</sup>

Por essa razão, segundo o pediatra piauiense Olavo Corrêa Lima, ainda havia muito trabalho a ser feito para que a Puericultura chegasse “[...] a todos os recantos do Piauí, vencendo

<sup>17</sup> ASSUNÇÃO, Vitorino de. Mortalidade Infantil em Teresina – Defesa sanitária da Criança. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n. 1, 1939., p. 17.

<sup>18</sup> ALVARENGA, Antônia Valtéria Mello, **Nação, País Moderno e povo Saudável: Políticas de combate a Lepra no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2013.

<sup>19</sup> Ibid.

<sup>20</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “Manter Sadia a Criança Sã”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018, p. 184-5.

<sup>21</sup> MARTINS, Ursulino. PAZ, Renato. Mortalidade infantil no Piauí: influência da má assistência. **Revista da Associação de Piauiense de Medicina**, Teresina, n. 20, abr/set. 1961, p. 27. *Humana Res*, v.1, n. 2, 2020, ISSN: 2675-3901 p. 68 a 86 jan. a jun. 2020

## PROFESSORAS E MÃEZINHAS: A PUERICULTURA NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS EM TERESINA DE 1930 A 1945

sua parca econômica e dispersão demográfica.”<sup>22</sup> Percebendo essas dificuldades e atendendo ao anseio pelas alterações das práticas de cura consideradas maléficas à criança e à mãe, as esferas governamentais, juntamente com os profissionais da saúde, buscaram solucionar o problema da falta de uma educação voltada à prática da maternidade. Dessa maneira, investiram na divulgação e conscientização feminina acerca da relevância da aplicação das noções básicas da Puericultura e na propagação das ideias em torno do ensino científico que consideravam capazes de garantir a vida e a preservação da saúde materno-infantil. Assim, conforme Vitorino de Assunção:

[...] A mulher de posse de todas os ensinamentos da puericultura saberá conduzir-se durante a gravidez, depois do parto. A alimentação ao seio materno, bem regulada, será a regra. Tudo isso sem a preocupação do dia de amanhã será a garantia da saúde do bebê, e a felicidade de viver.<sup>23</sup>

Acreditava-se que através do cuidado correto, adquirido por meio da educação feminina, o crescimento físico e amadurecimento psíquico da criança estaria assegurado. Na lista de enfermidades que mais ocasionavam o óbito infantil, as doenças infectocontagiosas e virulentas eram as mais comuns e, portanto, as que poderiam e deveriam ser eliminadas por meio da prevenção. O anseio dos puericultores não era apenas evitar as moléstias que aumentavam as taxas de mortalidade, mas conduzir o indivíduo desde a infância para que na fase adulta ele pudesse ser capaz de construir um país com condições melhores do que aquelas do período em que nasceu.<sup>24</sup> As mulheres, independentemente de serem mães ou não, deveriam estar cientes dessas questões, e os ensinamentos pautados na Puericultura precisavam estar presente em todos os âmbitos e setores sociais, inclusive no espaço escolar.

A Puericultura tornou-se uma ferramenta poderosa na educação do povo pois havia se moldado às novas concepções políticas do país, que almejavam o alcance do desenvolvimento através do civismo dos adultos e da preparação infantil, visando um futuro próspero. A Escola Normal Oficial de Teresina se enquadrava nesse contexto, apresentando alternativas de propagação direcionadas às mulheres de setores abastados, mas também àquelas que eram “[...] consideradas desclassificadas socialmente por serem pobres.”<sup>25</sup> Os conteúdos ministrados de

<sup>22</sup> LIMA, Olavo Alexandrino Corrêa. Assistência à infância no Piauí. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, número especial, p. 12-16, dez. 1941, p. 15.

<sup>23</sup> ASSUNÇÃO, Vitorino de. Mortalidade Infantil em Teresina: defesa sanitária da criança. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n 1, ago.1939, p. 20.

<sup>24</sup> CARDOSO, Elisângela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. Niterói, 2010. Tese (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal Fluminense.

<sup>25</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “**Manter Sadia a Criança Sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Curitiba, 2017. 231 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), p. 184.

forma teórica e prática durante a formação da normalista na Escola Normal Oficial resultavam de uma nova medida governamental e do setor médico na tentativa permear cada vez mais o ambiente escolar e doméstico com os saberes da Puericultura, promovendo através disso os conhecimentos que implicariam na formação de novos hábitos cientificamente corretos.

Essa conscientização deveria fazer com que o discurso em torno da saúde e dos cuidados com a preservação da vida infantil adentrasse os principais espaços de convívio das crianças e se consolidasse na mentalidade das mães piauienses. Através da propagação das práticas científicas de cuidado e das mudanças nos hábitos cotidianos que deveriam ser alcançados por meio da instrução da mulher, os puericultores acreditavam ter encontrado um meio viável de combate à mortalidade infantil. Portanto, quando a criança não resistia às enfermidades, a ação efetiva que supostamente se dava por parte dos poderes públicos, empreendida por meio do ensino da Puericultura, e o comprometimento médico, o qual foi chamado de proteção viva<sup>26</sup> pelo pediatra Noronha Almeida, fazia recair sobre a mãe a responsabilidade do óbito<sup>27</sup>

Diante disso, é possível afirmar que os impasses com a saúde materno-infantil se sobressaíam às questões ligadas somente à ignorância materna e ao zelo pela infância. E é nesse ponto que, segundo Luís Roberto Bonilha (2004) a Puericultura é apontada como uma ideologia, pois ela explica os efeitos da desigualdade social a partir de elementos que não constituem sua causa verdadeira, o que mascarava o real motivo da mortalidade infantil e o déficit educacional, que era a situação de pobreza e miséria em que a população estava sujeita. Portanto, segundo o autor, a partir do momento em que se compreende essa dualidade, a Puericultura pode ser entendida como possuidora de “[...] um maior número de significados, não só aqueles presentes em seu discurso oficial.”<sup>28</sup>

### **Magistério, maternidade e matrimônio: uma breve história da Escola Normal Oficial de Teresina e o triplo papel das normalistas**

Até meados do século XX, a educação feminina era geralmente caracterizada pela diferenciação do que poderia ser ensinado às meninas e aos meninos de setores abastados que

---

<sup>26</sup> Por proteção viva ele se referia à Puericultura sendo aplicada no cotidiano da criança de forma ativa, simples e prática, criando situações favoráveis ao seu desenvolvimento. ALMEIDA, Noronha. Proteção à Infância. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n. 6, p. 14-18, jun. 1943.

<sup>27</sup> FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista em revistas femininas. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.

<sup>28</sup> BONILHA, Luís Roberto de Castro Martins. **Puericultura**: olhares e discursos no tempo. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Faculdade de Ciências Médicas - Universidade Estadual de Campinas, p. 23.

Humana Res, v.1, n. 2, 2020, ISSN: 2675-3901 p. 68 a 86 jan. a jun. 2020

## PROFESSORAS E MÃEZINHAS: A PUERICULTURA NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS EM TERESINA DE 1930 A 1945

teriam oportunidade e acesso à instrução.”.<sup>29</sup> O próprio comportamento feminino deveria ser diferenciado, uma vez que a mulher precisava mostrar sutileza em suas ações e manter sempre uma postura reservada, sobretudo diante de estranhos. Tais aspectos eram realçados pelo dever moral e pela imposição de práticas consideradas inerentes à uma suposta natureza da mulher, mas que na verdade foram construídas culturalmente em sociedade e impostas a ela historicamente<sup>30</sup>, como o próprio instinto materno de assegurar a saúde infantil e a tranquila personalidade feminina que a habilitava para a prática do magistério:

Aos oito anos ou nove anos, era a menina de família patriarcal mais opulenta enviada para um internato religioso, onde ficava até aos trezes ou quatorze. Aí, a sua educação começada em casa, continuava. Aprendia a delicada arte de ser mulher. Música, dança, bordado, orações, francês, e as vezes inglês, leve lastro de literatura eram os elementos da educação de uma menina num internato escolar.<sup>31</sup>

Como pode ser observado, comumente a educação feminina era voltada para o âmbito doméstico e embasada na idealização da construção de uma boa matriarca. Na vida adulta, essas concepções ficavam ainda mais nítidas, pois os espaços públicos da cidade, como ruas e praças, eram ocupados pelos homens, ao passo que a mulher precisava ficar a maior parte do seu tempo dentro de casa. No que diz respeito ao trabalho, essa mentalidade colocava a mulher sob uma perspectiva de limitação intelectual, e, certas vezes, de incapacidade produtiva, deixando-a restrita à um ideário que colocava como destino feminino somente o desempenho de papéis domésticos.<sup>32</sup>

Esse cenário começou a sofrer maiores alterações nas primeiras décadas do século XX, quando foram percebidas algumas mudanças na sociedade mais direcionadas às mulheres de setores privilegiados. A partir disso, o público feminino até poderia atender seus anseios intelectuais, contudo, a marginalização da mulher na esfera pública ainda era acentuada. Portanto, para prosseguir na carreira profissional e acadêmica, a mulher precisaria do consentimento e do apoio da família, caso fosse ainda solteira, ou do marido, que ainda era considerado o provedor natural do lar. Além dessa, havia outras condições:

<sup>29</sup> FREYRE, Gilberto. **A vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 6. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1985.

<sup>30</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **SOS Corpo**. Recife, 2 ed., p. 1-19, fev. 1995. Disponível em: <<https://bit.ly/3mCcqg2>> Acesso em: set. 2019.

<sup>31</sup> FREYRE, op. cit., p. 102.

<sup>32</sup> CARDOSO, Elisângela Barbosa. Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do Século XX. **Dossiê História e Educação - Outros tempos**, v. 7, n. 10, p. 158-179, dez. 2010.

A primeira delas era que não maculasse a reputação [...] pela associação com trabalhadoras de situação social inferior. Uma outra exigência era que a atividade profissional não comprometesse a feminilidade, colocando as mulheres em competição direta com os homens, e, finalmente, que o trabalho feminino não servisse de ameaça para a estabilidade do lar chefiado pelo homem, fomentando ambições individuais que estivessem acima da família ou oferecendo oportunidades reais de independência econômica.<sup>33</sup>

Neste período, embora houvesse certa tolerância para as jovens financeiramente mais abastadas, as mulheres ainda enfrentavam grandes dificuldades quando almejavam uma escolarização em um nível mais avançado, pois o papel feminino típico se restringia ao cuidado do lar, dos filhos e do marido, não sendo necessário para isso ter formação escolar além das noções básicas de leitura e escrita.<sup>34</sup> Em razão disso as mulheres, principalmente dos setores médio e alto, investiram em Cursos Normais para alcançarem emancipação financeira através do magistério, além do afastamento das questões estritamente domésticas. Conforme Joseanne Marinho, no Piauí “[...] o curso Normal [...] profissionalizava para o exercício da função de professora primária, sendo o mais alto nível educacional a que tinha acesso a maioria das mulheres que prosseguiram os estudos após o ensino elementar.”<sup>35</sup>

Não obstante avista como uma esperança para as problemáticas em torno do ensino de primeiras letras no Piauí, a Escola Normal não ganhou reconhecimento imediato na época de sua primeira instalação.<sup>36</sup> Apesar das várias tentativas anteriores, ela consolidou-se apenas em 1909, por meio da Sociedade Auxiliadora de Instrução, uma entidade não governamental, criada no ano anterior por um grupo de intelectuais piauienses que tinham interesse em estabelecer o Ensino Normal no Piauí, sendo intitulada de Escola Normal Oficial em 1910 no governo de Antonino Freire, membro dessa Sociedade.<sup>37</sup> Inicialmente, era dedicada exclusivamente ao

<sup>33</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara. **Entre Letras e Bordados**: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930 - 1949). Teresina, 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), p. 56-7.

<sup>34</sup> SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864 – 2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. Teresina, 2004. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí.

<sup>35</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara. Entre Letras e Bordados: a formação das normalistas em Teresina nas décadas de 1930 e 1940. In: VASCONCELOS, José Gerardo (org.). **Labirintos de Clio**: prática de pesquisa em História. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 64.

<sup>36</sup> Segundo Cardoso, “[...] em fevereiro de 1866, foi instalada, em Teresina, [...] a primeira Escola Normal, [...]. Extinta em 1867, a escola foi reaberta, em 1871” tendo funcionado até 1874, quando foi novamente desativada. Houve uma nova tentativa em 1882 e desta vez com a durabilidade maior, funcionando até 10 de outubro de 1888. Somente a partir de 1908 o projeto de consolidação da Escola Normal Oficial começou a frutificar. CARDOSO, Elizangela Barbosa. Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do Século XX. **Dossiê História e Educação - Outros tempos**, v. 7, n. 10, p. 158-179, dez. 2010, p 160.

<sup>37</sup> MARINHO, op. cit.

## PROFESSORAS E MÃEZINHAS: A PUERICULTURA NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS EM TERESINA DE 1930 A 1945

sexo feminino, no entanto, através de exames disponibilizados, os homens que pretendessem o magistério poderiam ser habilitados para o exercício de tal função.<sup>38</sup>

Com o reconhecimento acadêmico concedido à Escola Normal Oficial, principalmente a partir da década de 1920, várias moças das cidades interioranas se dirigiram à capital para fazer parte do corpo discente. A instrução por meio da professora tornou-se outra ferramenta utilizada pelos setores médico e político visando a abrangência da propagação educacional necessária à população pobre, pois a condução à hábitos higiênicos, de acordo com os médicos, especialmente os puericultores, era considerada uma necessidade urgente. De acordo com Olívia Rocha, esse processo foi resultante “[...] da vitória de um discurso que atribuía à mulher uma maior aptidão para ensinar crianças graças a atributos de afetuosidade, considerados naturais do sexo feminino, como meiguice e paciência.”<sup>39</sup>

Sendo assim, segundo as prescrições, a normalista deveria ter uma responsabilidade social como mulher e como professora, apta natural e cientificamente para atender às necessidades educativas da criança. Como professora, ela deveria estar atenta aos filhos de outras mulheres, contudo, também era sua preocupação o exercício da função de ser mãe e guardadora do bem mais precioso da pátria. Essa elevação da maternidade ocasionou uma reabilitação do papel feminino na sociedade e incluiu a mulher nas questões referentes ao desenvolvimento nacional, posição que até então era destinada aos homens.<sup>40</sup>

Dessarte, segundo a historiadora Renata Costa<sup>41</sup> como parte desse processo civilizatório que estava em curso:

[...] a escola primária passou a ser vista como local privilegiado para a inserção de novos hábitos higiênicos, pois em um mesmo local muitas crianças poderiam ser assistidas e observadas por médicos e pedagogos, que orientariam também as mães, no sentido de criar “bons hábitos” nos seus filhos, desde seus nascimentos. Desse modo, consideramos que o espaço escolar fosse importante local para averiguar as práticas em ação do projeto político de “moralização” e “regeneração” da população brasileira, expurgando antigos costumes coloniais. Além de reprodutor do discurso

<sup>38</sup>SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864 – 2003):** reconstruindo uma memória da formação de professores. Teresina, 2004. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí.

<sup>39</sup> ROCHA, Olívia Candeia Lima. Cultura letrada: Tensões e deslocamentos em torno dos papéis femininos nas primeiras décadas do século XX em Teresina. In: VASCONCELOS, José Gerardo (org.). **Labirintos de Clio:** Prática de pesquisa em História. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 55.

<sup>40</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara. Ser Mulher é Ser mãe: a maternidade como uma atribuição científica. In: **Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVI,** (Anais), p. 1-11, São Paulo, 2011. p. 3.

<sup>41</sup> COSTA, Renata. **“Avigorar o corpo, robustecer o cérebro”:** Instrução Pública e Saúde Infantil em Cuiabá na primeira metade do século XX. Cuiabá, 2018. 223 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso.

higienista, o ambiente escolar também delineava outros discursos sobre a infância escolarizada, uma nova tradição e condição, a “criança aluno”.<sup>42</sup>

Portanto, a interação estabelecida entre governo, médicos e filantropia, no intuito de assegurar a saúde infantil, foi estendida às mulheres, professoras ou não, que adquiriram maior visibilidade por serem capazes de gerar descendentes além da influência que exerciam na aplicação das ações de proteção infantil realizada pelos médicos e consubstanciadas pelo Estado. Nota-se ainda que a história da participação feminina nos espaços educacionais, assim como em outros espaços da sociedade, também foi marcada pois embora fosse aberta também para homens, funcionando como externato misto, a Escola Normal Oficial direcionava, direta ou indiretamente, as disciplinas que visassem os cuidados com a criança e o lar somente para o público feminino, como meio de consolidação dos espaços sociais que cabiam a cada gênero.

Através da Escola Normal houve também a elaboração de uma nova imagem de professora, diferente daquelas que usavam a palmatória e o autoritarismo em sala de aula. Ao passo em que as novas concepções pedagógicas, advindas da teoria da Escola Nova, passaram a permear o ambiente escolar teresinense, tendo ocasionado novas posturas em relação ao tratamento dos discentes.<sup>43</sup> A idealização da mulher como sinônimo de brandura e amabilidade foi utilizada para sustentar os argumentos que afirmavam que ela estaria naturalmente habilitada para cuidar e lecionar:

A existência dessas disciplinas direcionadas à formação específica das mulheres revela que o espaço escolar funcionava como produtor de diferenças ao formar feminilidades construídas culturalmente, não sendo uma condição biológica inerente a cada sexo. Assim, a educação atuava como uma prática social que servia para a constituição e instituição dos sujeitos.<sup>44</sup>

Segundo Joan Scott, isso não deve ser explicado somente com base na perspectiva da diferenciação sexista que acontecia no âmbito domiciliar, mas entende-se que é necessária uma visão mais ampla, de forma que não apenas as relações de parentesco, mas também o mercado de trabalho, as instituições educacionais e o próprio sistema político sejam entendidos e inclusos como parte do processo de construção do gênero. Compreender e analisar essas relações por uma perspectiva do gênero é, portanto, “[...] uma maneira de indicar as ‘construções sociais’: a

---

<sup>42</sup> COSTA, Renata. “**Avigorar o corpo, robustecer o cérebro**”: Instrução Pública e Saúde Infantil em Cuiabá na primeira metade do século XX. Cuiabá, 2018. 223 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, p. 22.

<sup>43</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara. Entre Letras e Bordados: a formação das normalistas em Teresina nas décadas de 1930 e 1940. In: VASCONCELOS, José Gerardo (org.). **Labirintos de Clio**: prática de pesquisa em História. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 66.

## PROFESSORAS E MÃEZINHAS: A PUERICULTURA NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS EM TERESINA DE 1930 A 1945

criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.”<sup>45</sup>

### Gênero e Saúde: A puericultura no currículo escolar das normalistas

Na década de 1920, o currículo da Escola Normal Oficial não oferecia uma quantidade de professoras suficiente para atender às demandas do ensino primário no estado.<sup>46</sup> As que conseguiam o título de professorado não estavam devidamente capacitadas para o exercício pleno de tal função, considerando que apenas duas disciplinas eram ofertadas: Pedagogia e Metodologia, e estas ainda de maneira ultrapassada e com ausência de um treinamento prático. Tal insuficiência, segundo o ideário político, significava um retrocesso na formação que habilitaria o novo cidadão do futuro a solucionar quaisquer impasses que resultassem no impedimento do desenvolvimento almejado para o país. Portanto, a efetiva profissionalização das normalistas contribuiria para concretização dos ideais progressistas que visavam a civilidade e o nacionalismo brasileiro, bem como para as novas correntes históricas e pedagógicas que colocavam o aluno como centro do ensino.<sup>47</sup>

Buscando a solução dessas adversidades, em 1921 o Ensino Normal no Piauí foi reformulado através do Decreto n. 771, sob as recomendações da Sociedade Auxiliadora de Instrução.<sup>48</sup> Por meio dele, somente as jovens solteiras estariam aptas para serem normalistas, pois poderiam dedicar-se por completo à sua formação profissional, tendo em vista que acreditava-se que a mulher deveria focar apenas em uma função, fosse no ambiente doméstico ou no espaço escolar. Assim, as mulheres casadas ficaram impossibilitadas de exercer o cargo de professora, e as que se casassem seriam desligadas deste. O decreto de 1921, portanto, evidenciava a existência de alguns pontos de tensão em relação à prática do magistério pelas mulheres. Entretanto, de acordo com Joseanne Marinho:

[...] não tinha uma defesa integral de todos os setores do poder público. Podemos chegar a essa conclusão porque a Lei n. 1.027, de 1922, que confirmou várias determinações e também realizou alterações no Decreto n.

<sup>45</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **SOS Corpo**. Recife, 2 ed., p. 3, fev. 1995. Disponível em: <<https://bit.ly/3mCcgg2>> Acesso em: set. 2019.

<sup>46</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados**: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930 - 1949). Teresina, 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI).

<sup>47</sup> MARINHO, op. cit.

<sup>48</sup> Ibid.

771, de 1921, acabou com a proibição do exercício do magistério para as mulheres casadas.<sup>49</sup>

Nos anos de 1930 e 1931, o currículo escolar das normalistas ultrapassou as disciplinas tradicionais como Português, História e Geografia, e outras línguas, como Francês, ao adquirir em um conteúdo direcionado ao desenvolvimento de trabalhos manuais e práticas de higienização. A inclusão desses aspectos apresentava o entendimento da educação como propiciadora da difusão da Puericultura e da salubridade em todos os espaços sociais. Contudo, o ponto de partida para análise do ensino voltado à preparação maternal que era concedido às jovens se deu apenas em 1932, quando houve novamente uma reformulação no quadro de disciplinas da Escola Normal Oficial de Teresina, ocasionando a ampliação da duração do curso, que agora passara de quatro para cinco anos, sendo três de preparatório e dois de profissionalização, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 1: Disciplinas curriculares das normalistas teresinenses a partir de 1932.

| 1ª Série          | 2ª Série                           | 3ª Série                           | 4ª Série                                 | 5ª Série                               |
|-------------------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|
| Português         | Português                          | Português                          | Literatura Brasileira                    | Psicologia Educacional                 |
| Francês           | Francês                            | Física e Química                   | Física e Química                         | Educação Física                        |
| Aritmética        | Inglês                             | Inglês                             | Música                                   | Didática                               |
| Geografia         | Corografia do Brasil e Cartografia | Biologia e Higiene                 | Higiene escolar e Noções de Puericultura | História da Educação e Educação Cívica |
| História do Piauí | História do Brasil                 | História da Civilização            | Psicologia Educacional                   | Metodologia Especial                   |
| Desenho           | Desenho                            | Desenho                            | Didática                                 |  |
| Trabalhos Manuais | Trabalhos Manuais                  | Trab. Manuais e Economia Doméstica | Metodologia Geral                        |  |
| Educação Física   | Educação Física                    | Educação Física                    | Educação Física                          |  |
|                   | Música                             | Aritmética e Geometria             |  |  |
|                   | Aritmética                         |                                    |  |  |

Fonte: Joseanne Marinho.<sup>50</sup>

Segundo Marinho, era necessário que as mulheres conhecessem as etapas do desenvolvimento infantil, pois só dessa maneira poderia exercer o seu dever no resguardo das crianças.<sup>51</sup> Dentre as disciplinas que compunham o novo currículo, havia uma intitulada

<sup>49</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados**: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930 - 1949). Teresina, 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), p. 96.

<sup>50</sup> Ibid., p.98.

<sup>51</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “**Manter Sadia a Criança Sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018. Humana Res, v.1, n. 2, 2020, ISSN: 2675-3901 p. 68 a 86 jan. a jun. 2020

## PROFESSORAS E MÃEZINHAS: A PUERICULTURA NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS EM TERESINA DE 1930 A 1945

Psicologia Educacional, oferecida a partir do quarto ano, onde a normalista adquiria conhecimento acerca das questões biológicas que interferiam ou influenciavam no processo de aprendizagem infantil. Na disciplina em questão, eram abordados o funcionamento do sistema nervoso e os processos cognitivos da criança na retenção de conhecimentos, o que faria com que a professora estivesse capacitada para compreender todas as fases que seus alunos e/ou filhos passavam até a fase adulta. Dessa forma, de acordo com Lorena Ferreira:

[...] as mulheres foram colocando conhecimentos sobre o corpo com fundamentação empírica, possibilitando a atuação feminina sobre a saúde, à doença, ao nascimento e a morte”, sendo a educação das normalistas perpassada por saberes que lhes moldavam e educavam tanto nas disciplinas, como nas atuações em espaços de instrução, moldando os corpos infantis e os seus próprios corpos com base na ciência.<sup>52</sup>

Na disciplina Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, as normalistas eram treinadas para realizar desde pequenos reparos nas vestimentas até a própria confecção de colchas, toalhas de cama, etc., que deveriam ser utilizadas em suas residências. Portanto, aprendiam bordado, *crochet*, corte e costura, e *tricot*. A parte de economia doméstica se direcionava para a solução de impasses financeiros, e continha em seu programa questões como o estudo do custo de vida, uso racional do dinheiro e outros aspectos que formavam um conjunto de conhecimentos acerca da manutenção da dinâmica familiar considerada correta. Nas aulas de economia doméstica também eram ministrados assuntos especificamente direcionados à saúde “[...] como a importância da manutenção de uma casa higiênica para evitar o contágio de doenças entre os membros da família, os cuidados básicos com os familiares doentes e a preparação dos alimentos.”<sup>53</sup>

Foi por meio da reformulação de 1932 que a Puericultura encontrou um lugar mais definido nos currículos das normalistas piauienses. As disciplinas iam além do espaço público do magistério e entravam também no âmbito privado, ensinando a mulher a ser quem supostamente ela nasceu para ser: uma boa mãe e uma esposa dedicada. A inclusão de Higiene escolar e Noções de Puericultura, na quarta série do curso, moldava as discentes para atender as necessidades do ambiente escolar, mas, sobretudo, do doméstico, preparando-as para emergências familiares, e ao mesmo tempo contribuindo para a propagação dos conhecimentos

<sup>52</sup> FERREIRA, Lorena Maria de França. **O Estado, as Normalistas e a Infância em Teresina (1900-1940)**. Teresina, 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, p. 96.

<sup>53</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930 - 1949)**. Teresina, 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), p. 102.

médico-científicos que auxiliavam não apenas na formação intelectual da criança, mas nas condições propícias à natalidade e ao desenvolvimento sadio dos futuros brasileiros.

Além disso a Escola Normal também disponibilizou os cursos de Puericultura, que eram ministrados por médicos pediatras, como Olavo Corrêa Lima, que deixou seu ponto de vista bem evidente ao falar sobre a importância da inclusão da Puericultura no currículo das normalistas em Teresina: “O vosso curso normal não visa apenas a formação de professoras, mas dar-vos uma robustez intelectual e moral indispensável à vossa futura vida conjugal, de que depende quase todo o futuro da nação.”<sup>54</sup> Estes cursos também eram chamados de Escola de Mãezinhas.

A primeira Escola de Mãezinhas foi fundada em julho de 1940, na cidade do Rio de Janeiro.<sup>55</sup> Em agosto do mesmo ano, Olavo Corrêa decidiu implementá-la no Piauí em razão das preocupações relativas à formação científica feminina para a maternidade, o que incluiu também as mulheres que faziam parte do corpo discente da Escola Normal de Teresina.<sup>56</sup> Segundo Livia Moraes, o propósito era ensinar para as mães questões relacionadas à “[...] anatomia e fisiologia da criança, alimentação natural e artificial, profilaxia das infecções, vacinas, endemias e epidemias; assistência e medidas do governo na proteção à maternidade e à infância.”<sup>57</sup>

As duas Escolas de Mãezinha citadas por Olavo Corrêa na Revista da Associação Piauiense de Medicina de 1941 aparecem ligadas às outras construções de serviços sanitário e de saúde materno-infantil em Teresina, como uma maternidade que estava em construção, um ambulatório de pediatria e puericultura, duas Escolas de Mãezinhas instaladas na Escola Normal e no Colégio Sagrado Coração de Jesus, além da Associação de Proteção à Infância.<sup>58</sup> Ele também fez menção ao reconhecimento nacional que estava recebendo por essas ações, que segundo ele, foram “[...] aplaudidas até pelo Departamento Nacional da Criança.”<sup>59</sup> Esse fator favorece a observação da relação existente entre a educação e saúde.

<sup>54</sup> DIÁRIO OFICIAL *apud* MARINHO, MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930 - 1949)**. Teresina, 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), p. 106.

<sup>55</sup> CARDOSO, Elisângela Barbosa. Em defesa da pátria: proteção social, infância e maternidade no Estado Novo. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, vol. 4, n. 8, dez. 2012.

<sup>56</sup> *Ibid.*

<sup>57</sup> MORAES, Livia Suelen Sousa. Proteção à Infância nas páginas da Revista da Associação Piauiense de Medicina, 1939-1948. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2013, p. 10.

<sup>58</sup> LIMA, Olavo Alexandrino Corrêa. Assistência à infância no Piauí. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, número especial, dez. 1941.

<sup>59</sup> LIMA, Olavo Alexandrino Corrêa. Assistência à infância no Piauí. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, número especial, dez. 1941, p. 15.  
Humana Res, v.1, n. 2, 2020, ISSN: 2675-3901 p. 68 a 86 jan. a jun. 2020

## PROFESSORAS E MÃEZINHAS: A PUERICULTURA NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS EM TERESINA DE 1930 A 1945

Diante do reconhecimento da importância social e intelectual da Escola Normal Oficial, não tardou para que surgissem ideias preconcebidas em torno das normalistas. Há relatos de alunas que afirmavam que o ingresso no curso tornava mais fácil a união matrimonial, pois além do acréscimo financeiro na renda familiar, mesmo que inferior, a mulher que havia passado pela Escola Normal estaria apta para conduzir de maneira diferenciada o seu lar e a criação e educação dos filhos, ou seja, a formação profissional nesse estabelecimento elevava o *status* individual e familiar na sociedade.

Em uma entrevista concedida à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joseanne Marinho, Isis Maria afirmou que: “Filhos de uma professora eram diferentes de qualquer outra menina daquela época, então a gente era muito bem aceita nos interiores por isso, porque tinha o seu valor. [...] cheguei em Campo Maior e, no mês de junho, já tava com o par, foi rapidinho.”<sup>60</sup> Essa valorização também pode ser vista no pronunciamento feito pelos editores do jornal O Aviso, a respeito das normalistas naturais da cidade de Picos (PI):

Para Theresina, acompanhando de sua mui dilecta filha, a inteligente normalista Adalzigia Nunes de Barros, partiu no dia 6, o nosso prestimoso amigo Major Joaquim Baldoino de Barros, quem desejamos bôa viagem e breve regresso. No mesmo dia e com o mesmo destino, seguiram as formosas e prendadas senhoritas Adalzigia Nunes de Barros e Luiza Maia e Silva, inteligentes e applicadas segundannistas da Escola Normal, as quaes passaram as férias no seio das respectivas famílias, nesta Cidade. Às futuras preceptoras picoenses, que, pelas suas bellas e alevantadas virtudes de esperito e coração, desfructam de largo e selecto circulo de sympathias em nosso meio social, mandamos, com os augurios de brilhante tirocinio no respectivo curso, votos de feliz viagem.<sup>61</sup>

A normalista precisava ter em mente que a maternidade era mais relevante do que a sua carreira profissional, e como mãe deveria ter a consciência de que a Puericultura era imprescindível para que pudesse cuidar bem dos seus filhos. Sendo assim, elas tinham um dever e um compromisso com o desenvolvimento do país, visto que a inclusão dessas atuações trazidas do espaço médico dos puericultores para o contexto escolar, através das disciplinas do currículo das normalistas, significava a adesão à uma movimentação maior e de âmbito nacional, em prol da proteção da infância, o que já acontecia desde antes de 1930, e continuou após 1945.<sup>62</sup>

<sup>60</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados**: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930 - 1949). Teresina, 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), p. 70.

<sup>61</sup> NORMALISTAS, **O Aviso**, ano XIX, n. 173, p. 2, 15 de abril de 1930.

<sup>62</sup> SANTOS, Danielle Filgueiras. MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. Relatório Final PIBIC/UESPI 2018-2019. **Os Postos de Puericultura no Piauí**: Estado, filantropia e médicos na atuação da saúde materno-infantil (1946-1959). Teresina.

A título de exemplificação, em 1947 o currículo escolar das normalistas foi novamente reformulado e o nome da matéria de Higiene Escolar e Noções de Puericultura passou para Higiene e Puericultura, o que reafirmou essa especificidade médica em um dos principais espaços de ensino do Piauí. Entretanto, através dessa reformulação, a carga horária das disciplinas profissionalizantes foi reduzida, bem como a duração do curso, que passou para três anos. Em razão disso, Trabalhos Manuais foi retirada da grade curricular, e as atividades passaram a ser praticadas dentro da disciplina de Desenho e Artes Aplicadas.<sup>63</sup>

É importante ressaltar que embora a profissionalização da mulher ainda fosse um ponto delicado nas décadas de 1930 e 1940, conforme Elizangela Cardoso<sup>64</sup>, já era possível notar a presença de novas posturas femininas a respeito das questões aqui apresentadas, posto que existiam mulheres que não abandonavam os estudos ou emprego após a maternidade, e que inclusive reduziam a quantidade de filhos. Outras mulheres abstinham-se completamente da vida conjugal optando por suas carreiras profissionais e/ou acadêmicas.<sup>65</sup> Diante disso, tornam-se ainda mais notáveis as diferentes tonalidades da formação feminina na Escola Normal Oficial de Teresina.

### Considerações finais

Com a valorização da infância, a afirmação de que a criança saudável seria a garantia do futuro bem-sucedido da nação brasileira passou a ser ainda mais enfatizada e propagada. O bebê deveria receber atenção de todas as esferas sociais, mas principalmente da única pessoa que poderia estar cotidianamente monitorando e garantindo a condução correta de seu desenvolvimento: a própria mãe. Com base nisso, acreditava-se que se a mulher exercesse sua atribuição materna com maestria, atendendo às recomendações médicas, os problemas adultos, tanto do indivíduo, quanto do país, seriam reduzidos ou até mesmo eliminados.

Nesse cenário, as normalistas ocupavam três papéis com relevância elevada para a sociedade: o de professora, o de esposa, mas, sobretudo, o de mãe. Embora fossem valorizadas no exercício do magistério, visto que amenizavam a ausência de educadoras profissionalizadas para o ensino das primeiras letras e contribuía para o desenvolvimento da nacionalidade, a

---

<sup>63</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados**: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930 - 1949). Teresina, 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI).

<sup>64</sup> CARDOSO, Elizangela Barbosa. Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do Século XX. **Dossiê História e Educação - Outros tempos**, v. 7, n. 10, p. 158-179, dez. 2010.

<sup>65</sup> Ibid.

## **PROFESSORAS E MÃEZINHAS: A PUERICULTURA NA FORMAÇÃO DASNORMALISTAS EM TERESINA DE 1930 A 1945**

maternidade deveria ocupar um lugar prioritário. A criança, mesmo aquela que ainda estava no ventre, precisava de cuidados especiais, de multiplicada atenção e, portanto, da dedicação completa da mãe. Caso contrário, seria acusada de negligência, não apenas pelo descuido com um ser humano ainda dependente, mas também por estar comprometendo o futuro da nação.

Posto isso, existiam pontos de tensão em torno da educação da mulher para o exercício do magistério e para o exercício da maternidade. Por um lado, a profissionalização oportunizava a ocupação de um novo lugar social, conferindo às normalistas uma certa autonomia apresentada em seus enunciados sobre a liberdade feminina e em relação ao casamento. Isso exaltava o papel que as mulheres exerciam aos poucos na sociedade e contribuía para a desmistificação do dever materno e matrimonial, construído ao longo dos anos. Por outro lado, o ensino da Escola Normal Oficial de Teresina, através dos conteúdos das disciplinas, ajudava na consolidação de certas funções ainda tradicionais, evidenciando a presença de uma construção sócio-histórica sobre os papéis sociais das mulheres, que embora fossem aptas ao magistério, não poderiam prescindir de seu dever com a maternidade e com o próprio lar.